

## Legislação

### Diploma - Decreto-Lei n.º 163/2019, de 25 de outubro

Estado: vigente

Resumo: Revê o regime fiscal em sede de IRC aplicável à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Publicação: Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25, páginas 63 - 64

Legislação associada: -

Histórico de alterações: -

Nota: Não dispensa a consulta do [diploma original](#) publicado no Diário da República Eletrónico.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 163/2019, de 25 de outubro

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), criada pelo Decreto-Lei n.º 36 550, de 22 de outubro de 1947, é uma instituição de previdência autónoma, que tem como finalidade principal a atribuição de pensões de velhice e subsídios de invalidez aos advogados e aos associados da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, mantendo, paralelamente, um carácter assistencialista, através da concessão de outras prestações, de harmonia com as disponibilidades do seu fundo de assistência.

O Governo, com a aprovação do [Decreto-Lei n.º 116/2018](#), de 21 de dezembro, que procedeu à primeira alteração ao Regulamento da CPAS, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 119/2015](#), de 29 de junho, ordenado pelo duplo propósito de assegurar a sustentabilidade financeira da CPAS e a equidade do esforço contributivo dos beneficiários, procedeu a ajustamentos àquele Regulamento. Prossequindo o objetivo de robustecer a sustentabilidade da instituição, o artigo 266.º da [Lei n.º 71/2018](#), de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019, concedeu ao Governo autorização para rever o regime fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas aplicável à CPAS, no sentido de o equiparar ao das instituições de segurança social, o que se faz através do presente decreto-lei.

Foram ouvidas a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, o Sindicato dos Advogados Portugueses, o Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral da República.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 266.º da [Lei n.º 71/2018](#), de 31 de dezembro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

#### Objeto

O presente decreto-lei altera:

- O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, na sua redação atual;
- O [Decreto-Lei n.º 119/2015](#), de 29 de junho, na sua redação atual, que aprova o Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Artigo 2.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

O artigo 9.º do Código do IRC passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º  
[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) As instituições de segurança social e previdência a que se referem os artigos 94.º e 106.º da [Lei n.º 4/2007](#), de 16 de janeiro;

d) Os fundos de capitalização e os rendimentos de capitais administrados pelas instituições de segurança social e de previdência a que se referem os artigos 94.º e 106.º da [Lei n.º 4/2007](#), de 16 de janeiro.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].»

Artigo 3.º

**Alteração ao Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores**

O artigo 98.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 119/2015](#), de 29 de junho, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 98.º  
[...]

A Caixa goza das isenções e regalias previstas na lei para as instituições de segurança social e de previdência e das estabelecidas no artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.»

Artigo 4.º

**Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor a 1 de janeiro de 2020.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de outubro de 2019. - Mariana Guimarães Vieira da Silva. - Mário José Gomes de Freitas Centeno - Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem - José António Fonseca Vieira da Silva.

Promulgado em 17 de outubro de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendado em 22 de outubro de 2019.

O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.